



# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

**GT-3 – Mediação, circulação e apropriação da informação**

**SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: a prática de leitura e a posição do leitor.**

***INFORMATION SOCIETY: the practice of reading and the position of the reader.***

Tamara de Souza Brandão Guaraldo – Universidade Estadual Paulista (Marília)

Oswaldo Francisco de Almeida Junior – Universidade Estadual Paulista (Marília)

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Este artigo apresenta uma discussão sobre o discurso de instituições que lidam com a prática de leitura, a partir de análise de seus relatórios como textos que produzem efeitos de sentido em quem lê. Destacamos como corpus os seguintes textos: Plano Nacional do Livro e da leitura, Indicador de Alfabetismo Funcional e Programme for International Student Assessment, que são analisados quanto ao discurso sobre a leitura e sociedade e sobre o leitor. A proposta é a de discutir as abordagens da leitura e do leitor que essas instituições apresentam, construindo um discurso sobre o que é ser leitor hoje e como se dá sua prática de leitura, na chamada Sociedade da Informação. A metodologia é de caráter qualitativo, por meio da Análise do Discurso, que visa conhecer a posição discursiva apresentada para construir um lugar para a leitura e o leitor na atualidade. Conclui-se que os textos dos relatórios apresentam um discurso que constrói o perfil ideal de um leitor competente, apto a se inserir na Sociedade da Informação, e essa por sua vez aparece como um termo dado, sem maiores questionamentos, e que não se pode superar, mas sim buscar formas e competências para se adaptar aos seus ditames. Contudo, o discurso das instituições reconhece as questões de interferência na prática de leitura, que envolvem diversos fatores como escolaridade, renda, capacidades cognitivas, valores relacionados, e que demonstram a complexidade na abordagem da leitura.

**Palavras-Chave:** leitura; análise do discurso; leitor; sociedade da informação.

**Abstract:** This article presents a discussion about the discourse of institutions that deal with the practice of reading, from the analysis of their reports as texts that produce effects of meaning in those who read. We emphasize as corpus the following texts: National Book and Reading Plan, Indicator of Functional Literacy and Program for International Student Assessment, which are analyzed as to discourse about reading and society and about the reader. The proposal is to discuss the approaches of reading and the reader that these institutions present, constructing a discourse on what it is to be a reader today and how to practice reading in the so-called Information Society. The methodology is qualitative, through Discourse Analysis, which aims to know the discursive position presented to build a place for reading and the reader today. It is concluded that the texts of the reports present a discourse that builds the ideal profile of a competent reader, apt to be inserted in the Information Society, and this in turn appears like a given term, without more questions, and that one can not overcome, but rather to look for ways and skills to adapt to their dictates. However, the discourse of institutions recognizes the issues of interference in reading practice, involving various factors such as schooling, income, cognitive abilities, related values, and demonstrating the complexity of reading approach.

**Keywords:** reading; discourse analysis; reader; information society.

## 1 INTRODUÇÃO

De forma ampla, a leitura pode ser compreendida como uma atribuição de sentidos. Desse modo, pode ser utilizada tanto para a escrita como para a oralidade, pois existe a possibilidade de leitura frente a qualquer forma simbólica. Na chamada Sociedade da Informação, ou ainda, do Conhecimento, precisamos da leitura para acessar as informações do nosso cotidiano, seja na rua, olhando muros, outdoors e cartazes, nas placas, nos impressos publicitários, no jornal, na televisão e internet. E também para ler uma revista em casa ou na sala de espera do consultório do dentista, um livro na biblioteca, uma bula de remédio ou uma receita médica, um e-mail, esse conhecimento é importante não apenas para o mundo do trabalho, mas para a vida de cada um. Assim, a leitura é uma prática social que ocorre nos mais diversos lugares e em que é preciso atribuir sentidos à informação com a qual se interage.

No contexto da Sociedade da Informação muitas questões esperam por respostas: essa sociedade é uma realidade? Para quem é a Sociedade da Informação e do Conhecimento? Existem temas como analfabetismo e exclusão social, envolvimento político, social, econômico e cultural que afetam e dificultam a Sociedade da Informação. Para Demo (2000), não é possível utilizar o termo Sociedade da Informação e do Conhecimento de modo global, pois ainda não há clareza de que essa é uma sociedade para todos. Essas questões estão estreitamente relacionadas às práticas de informação e leitura da sociedade, em que fatores como renda, escolaridade, políticas públicas, acesso a materiais de leitura, comprometem a formação de leitores.

Ainda que o capitalismo passe por mudanças no início do Século XXI, e que podemos considerar que vivemos em sua nova fase, neoliberal, em que o trabalho e o capital estejam relacionados à informação e ao conhecimento como recursos das pessoas e organizações, para Duarte (2008) não significa que estamos vivendo em uma sociedade radicalmente nova, chamada de Sociedade da Informação e do Conhecimento. Assim, é preciso pensar a relação sociedade e leitura de modo amplo, abrangente, que envolva desde questões sociopolítico-econômicas, como também educacionais e culturais; pensadas tanto em relação ao coletivo, como a habilidades individuais, no que se refere a condições para participar ativamente da sociedade. Ainda, Almeida Júnior (2010) defende que a leitura existe a partir da mediação, como um processo infinito que nos transforma em pessoas, sujeitos do mundo. Definir um conceito de leitura significa envolver suas práticas, os seus aspectos políticos, técnicos, sua

influência no imaginário, a alteração do conhecimento, os variados meios que permitem a expressão humana e de modo especial, enfatizar que a apropriação da informação só se consolida por meio da leitura (ALMEIDA JÚNIOR, 2010).

Neste artigo analisamos o discurso de instituições que se ocupam da prática de leitura, escolhendo documentos das seguintes instituições: do governo brasileiro, no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL); do Instituto Paulo Montenegro, no Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf); e do indicador internacional da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no Programme for International Student Assessment (PISA). A proposta é a de discutir as abordagens da leitura e do leitor que essas instituições apresentam em seus textos, construindo um discurso sobre o que é ser leitor e como se dá sua prática hoje, na chamada Sociedade da Informação.

## **2 PRÁTICA DE LEITURA E QUESTÕES METODOLÓGICAS**

A questão da leitura compreende não apenas um sujeito e um objeto, mas uma situação social, as circunstâncias em que esses estão envolvidos, constituindo-se em uma prática. Independente de sua definição, Almeida Júnior (2007) defende que a leitura deve ter seu espaço de análise, pesquisa e preocupação dentro da Ciência da Informação, pois é prática ampla o suficiente para abarcar os mais diversos tipos de suporte. Cada definição sobre leitura opera em diferentes níveis da capacidade ou da atividade leitora e nas diversas abordagens corre-se o risco de estudar a leitura de forma muito vasta ou muito restrita.

A prática de leitura compreende o sujeito leitor e as condições sócio-históricas em que este vive, envolve o tratamento dos textos, suas técnicas e a situação econômica e política, levando também a uma análise da circulação dos textos e de aspectos institucionais (NUNES, 1994).

A prática de leitura é histórica, na qual emergem distintas realidades sociais, de classe, de etnia, gênero, em que surgem os conflitos, privilégios, carências na distribuição dos bens culturais (ZANETTI, 2005). Também é uma noção material, pois pressupõe sempre a relação assimétrica entre os textos, sendo intencionais e situados na cultura, e os usos empíricos deles, segundo diversos fins (HANSEN, 2005). Fischer (2006, p. 281) afirma que para quem está conectado a rede, “[...] o mundo inteiro é nossa livraria”, contudo, isso é uma realidade comum a todos? Onde, como e quem tira proveito do acesso à informação?

Há muitas maneiras de se estudar as práticas de leitura, seja de forma coletiva pela análise de dados sobre alfabetização em determinada sociedade, pela interpelação direta do leitor em enquetes sociológicas, pelos registros de locação e acesso aos materiais de leitura em bibliotecas, pelos dados de circulação e venda desses materiais, as listas dos “Best Sellers”; seja de modo individual, pelo estudo dos registros dos leitores em diários, cartas ou outros escritos, entrevistas pessoais para saber o que leem, ou pesquisa em documentos como inventários e livros de contas, em que se relaciona a posse de objetos e seu uso, como fazem os historiadores da leitura. E a Ciência da Informação, sendo uma mediadora da informação e sua representação na sociedade, preocupa-se com o lado humano dessas práticas de leitura e informação, considerando os agentes envolvidos no processo de informar e de serem informados nos mais variados contextos sociais.

Atualmente a transmissão de dados via internet, agora disponíveis, proporciona um maior acesso à informação e com isso, mais oportunidades para a análise de dados secundários sobre a leitura. No entanto, para utilizar esses dados, os mesmos precisam ser considerados em seus pontos fortes e fracos. Um dado estatístico não é apenas um fato, mas uma construção social e política que pode ser baseada nos interesses de quem os encomendou, daí a necessidade de entender como os dados foram construídos e com qual propósito (MAY, 2004). As estatísticas permitem cartografar certas tendências e têm de fato sua utilização, desde que se esteja ciente de seus limites e a necessidade de sua interpretação.

Como procedimento metodológico, buscamos analisar dados direcionados às práticas de leitura e informação referentes ao contexto brasileiro, que permitam um mapeamento da posição/perfil do sujeito leitor na sociedade atual, que com certeza, não é tarefa fácil, pois muitos desses dados estão dispersos e desorganizados, e até mesmo, desatualizados. Outros têm melhor organização, e em todos buscamos temáticas referentes à posição em que essas instituições situam o leitor atual e suas práticas de informação e leitura, que abrange a gestão, circulação, acesso e uso dos materiais de leitura, tentando compreender a seguinte questão: quem é o leitor pressuposto para as instituições que se ocupam da leitura na atualidade?

Destacamos como corpus os seguintes textos publicados em relatórios: Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), e do indicador internacional do Programme for International Student Assessment (PISA), que são analisados quanto ao discurso sobre a leitura e sociedade, e também sobre o leitor, que constroem.

Para interpretação dos textos dos relatórios optamos pela abordagem da Análise do Discurso, que busca discutir como essas instituições constroem uma posição discursiva sobre o leitor e a leitura e as implicações desses posicionamentos, pois permite uma visão do contexto histórico e social em que se encontram os sujeitos. Pêcheux (2010) compreende a leitura como um trabalho interpretativo, em que existem diferentes imagens de leitores e diferentes redes de interpretação. Essas imagens são as diferentes posições que os sujeitos ocupam no processo discursivo e que remetem a formações imaginárias, frutos de projeções.

Vale destacar que o funcionamento do discurso repousa no que se denomina formações imaginárias, pois não são os sujeitos físicos que se apresentam como tal, inscritos na sociedade, sociologicamente descritos, mas as suas posições discursivas que resultam de projeções (ORLANDI, 2009, p.40).

Assim, indagamos como cada instituição projeta um perfil do leitor em seus relatórios e a posição em que esse mesmo leitor e sua prática de leitura são situados no contexto atual, via análise do discurso produzido por essas instituições. Recordando que para a análise do discurso os sentidos não estão nas palavras, como em estado de dicionário, mas nas relações que são colocadas em jogo no processo discursivo, que é sócio-histórico (PÊCHEUX, 2009). Portanto, a expressão “leitor” só adquire sentido a partir do contexto em que o termo é enunciado, negociado e relacionado simbólica e historicamente. A partir da leitura dos textos, um discurso sobre a leitura e o leitor é constituído e os relatórios são analisados como textos que produzem efeitos de sentido em quem lê, interpretando o discurso dessas instituições em três regiões de sentido: a leitura como questão política, a questão da prática de leitura e a sociedade da Informação, e a posição discursiva/perfil definido pelas instituições do que é ser leitor na Sociedade da Informação.

### **3 DISCURSO SOBRE A PRÁTICA DA LEITURA E SOBRE O SUJEITO LEITOR NA CHAMADA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Em relação à questão política, a gestão é tema relevante no discurso das instituições analisadas, que de modo geral, compreendem a leitura como um meio de desenvolvimento e de capacidade de acessar e processar informações. Na gestão dessa área, cabe aos governos estabelecer políticas públicas e aos institutos desenvolver pesquisas que obedecem a demandas para se conhecer o usuário ou o leitor. Envolve a questão política e

econômica, educacional, as habilidades requeridas para acessar a informação, a competência em informação e a leitura como hábito.

Ainda, os textos destacam a importância das políticas públicas, que existem para que o governo, por meio de sua gestão, administre seu orçamento e destine recursos à população, com vistas à equidade social. São a expressão e prática da instituição social denominada Estado e buscam oferecer melhor condição de vida em diferentes áreas que dignificam a vida humana. É da união do governo com a sociedade civil organizada que surgem as políticas públicas planejadas para a orientação e o uso dos recursos públicos, da atuação governamental e da sociedade em áreas específicas, e das formas de prestar esses serviços à população. Na questão política percebemos como as instituições concebem a prática de leitura, produzindo significados e projetando o indivíduo que se constitui como sujeito leitor quando lê. E a política refere-se também a observação do modo como as instituições legitimam (ou não) o lugar do leitor, construindo uma posição para ele e sua prática de leitura. Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2010), as políticas públicas devem permitir aos cidadãos aproveitar a economia mundial globalizada, melhorando suas políticas de educação e promovendo as competências básicas para participação no desenvolvimento social e político.

No Brasil, a partir do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL<sup>1</sup> - lançado pelo governo federal em 2006, dão-se os primeiros passos para que a leitura possa ser reconhecida como política pública de Estado. Nota-se que este Plano é recente, demonstrando uma ausência de visibilidade política da questão da leitura em nossa sociedade por muito tempo. A educação e cultura são critérios prioritários, capazes de definir o grau de desenvolvimento socioeconômico de uma nação. No documento, a leitura é destacada como “um componente do que chamamos cidadania e um componente do que chamamos desenvolvimento” (BRASIL, 2010).

Assim, a leitura é assumida como um meio para que as pessoas desenvolvam seu potencial e capacidade de expressão, construindo conhecimento – tanto individual quanto coletivo. No PNLL, a noção de leitura é estreitamente relacionada à competência em informação e ao aprendizado ao longo da vida, conceituado como “direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a

---

1 Disponível em: <http://www.pnll.gov.br/>

liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social” (BRASIL, 2010).

Abordar a questão da prática de leitura como competência tem sido a estratégia discursiva utilizada principalmente por órgãos governamentais e institutos de pesquisa. A competência em informação, *information literacy*, no âmbito da Ciência da Informação, é relacionada ao ensino e aprendizagem, às habilidades específicas à compreensão da informação e sua amplitude, em busca da geração do conhecimento e de seu uso cotidiano pelas pessoas e comunidades ao longo da vida (BELLUZZO, 2008). No documento do PNLL, o desafio da promoção da leitura é assumido como dever do Ministério da Cultura e da Educação aliado aos sistemas de ensino e universidades. E o discurso do PNLL argumenta que no Século XX o Brasil passou de um estágio de cultura oral para a cultura do audiovisual sem que houvesse a mediação dos livros de modo relevante. Agora, segundo o PNLL, o país chega ao século XXI com déficit em relação a práticas de leitura.

No PNLL (BRASIL, 2010), um dos objetivos principais é o de formar leitores para que na “Sociedade da Informação e do Conhecimento”, esses possam exercer seus direitos, participar da sociedade fortalecendo seus valores e ter acesso as mais variadas formas do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Assim, o PNLL delinea o perfil de um leitor ideal que seja flexível, independente, competente e capaz de realizar uma leitura em multimeios, que lhe possibilite participar ativamente da sociedade.

Outra instituição, a mais famosa delas, que também aborda a questão da prática de leitura como competência, é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA - um exame internacional aplicado a cada três anos e que afere as habilidades de alunos em 65 países. A realização da prova é de responsabilidade da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), clube das nações mais ricas do planeta. Em 2015, último ano com resultados divulgados, a ênfase foi para a área de Ciências, o que significa que na prova houve mais questões dessa área em relação às outras, Leitura e Matemática<sup>2</sup>.

Em 2009, quando a ênfase recaiu na área de Leitura<sup>3</sup>, o PISA a definiu como compreensão, utilização, reflexão e envolvimento com textos escritos, e não apenas como

---

2 Fonte: <http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/>

3 As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 iniciou um novo ciclo do programa, com o foco novamente recaindo sobre o domínio de Leitura; em 2012, novamente Matemática; e

decodificação e entendimento literal de informações, e usa a expressão letramento, *reading literacy*, que mostra as habilidades e competências em causa, a fim de alcançar os próprios objetivos, para desenvolver um conhecimento e potencial para participar na sociedade (OCDE, 2010).

A leitura para o PISA, envolve uma complexidade de variáveis em jogo, é sinônimo de alfabetização, e inclui um amplo conjunto de competências cognitivas, de decodificação básica, para o conhecimento das palavras, gramática e linguística, estrutura textual e recursos para o conhecimento sobre o mundo. Apresenta, portanto, um conceito de leitura relacionado à cultura letrada e à competência em informação para poder aplicar esse conhecimento adquirido. Também inclui competências metacognitivas, como a consciência e a capacidade de usar uma variedade de estratégias adequadas ao processamento de textos (OCDE, 2010).

O objetivo do PISA é avaliar a capacidade dos jovens de 15 anos de entender textos, acessar e recuperar informações que podem estar ou não implícitas, relacionar dados do texto, integrar e interpretar o que se lê, assim como relacionar o que está escrito com informações externas à prova, como o conhecimento prévio sobre o tema tratado, de modo a atender objetivos da leitura e desenvolver o seu conhecimento para uma inserção social participativa. O formato dos textos da prova é de caráter contínuo como textos informativos e ficcionais, mas também exige a leitura de textos não contínuos como mapas e listas, além de trazer textos múltiplos (textos reunidos para comparação). O exame apresenta segundo a OCDE (2010), de certo modo, a variedade de textos presentes na vida cotidiana, e conseqüentemente, o contato constante com os mais diversos meios de informação e comunicação como livros, jornais, revistas, enciclopédias, pode auxiliar o entendimento global do texto. Enfatiza portanto, o uso da leitura em diferentes meios e práticas sociais.

Quanto ao perfil do leitor, a OCDE constrói a posição discursiva na qual o leitor ideal é aquele quem se apropriou das diversas estratégias e procedimentos de leitura nas diferentes práticas sociais de que participa e que tem contato com os mais variados materiais de leitura, sendo por isso, um leitor competente. O relatório aponta progressos de países como o Brasil, Chile, México e Turquia, que, partindo de níveis básicos de rendimento,



obtiveram melhoras significativas. Porém, neste exame que avaliou com maior ênfase a Leitura, o Brasil ocupou a 53ª posição no ranking geral dentre os 65 países avaliados. A média brasileira subiu 9% desde a primeira edição, no ano 2000, mas ainda situada nas últimas posições da lista. Os alunos brasileiros tiveram rendimento inferior em comparação a alunos de outros países da América Latina, como Chile (44º), Uruguai (47º) e Colômbia (52º). Porém, os brasileiros ficaram à frente dos argentinos (58º) e peruanos (63º). Numa escala de 0 a 5, a média brasileira está situada no nível 1 A, em que os estudantes conseguem localizar trechos de informação explícita, reconhecendo sua ideia principal e conexão com experiência cotidiana. Esta é a competência máxima de leitura da maioria dos pesquisados em países como Perú, Qatar, Azerbaijão, Albânia, Panamá e Kazaquistão (OCDE, 2010).

A OCDE (2010) também destaca a estreita inter-relação entre o desempenho do aluno e o grau de escolaridade de seus pais, afirmando que os países onde os adultos possuem alto grau de escolaridade estão em vantagem sobre os países onde os pais têm menos instrução.

Todavia, a pesquisa, apesar de ampla e de apontar os fatores complexos envolvidos no ensino da leitura, não avalia as instituições responsáveis, apenas o procedimento dos indivíduos, no caso, os alunos, é avaliado. Contudo, o PISA levanta questionamentos quanto ao entorno social dos alunos, a renda, a valorização da educação e de seus profissionais em cada país e tem o objetivo “de inspirar os esforços nacionais para ajudar os alunos a compreender melhor, os professores a ensinar melhor e os sistemas escolares a serem mais eficientes”<sup>4</sup> (OCDE, 2010, p. 04).

Com um conceito de leitura bastante próximo ao do PISA, no Brasil o Instituto Paulo Montenegro desenvolve pesquisas para alcance do Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf<sup>5</sup>. A leitura no âmbito do levantamento do Inaf é relacionada à capacidade de acessar e processar informações, mas que vai além ao compreender a prática de leitura como um processo:

---

4 No original: “[...] the greatest value of PISA lies in inspiring national efforts to help students to learn better, teachers to teach better and school systems to become more effective”.

5 O Inaf foi criado e implementado pelo Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, e executado pelo Ibope Inteligência. Disponível em: <https://ipm.org.br/inaf>

[...] contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

Desde 2001, o Inaf mede os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta e tem como objetivo principal oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros. Baseado em entrevistas e testes cognitivos aplicados a uma amostra da população entre 15 e 64 anos de idade, o indicador busca mapear uma população ativa que integra a força de trabalho do país numa sociedade letrada.

Os itens referentes ao alfabetismo são compostos por leitura de textos do cotidiano, de caráter notadamente informativo (bilhetes, notícias, mapas, tabelas, anúncios). No relatório Inaf 2018, foram definidos dois grandes níveis de alfabetismo, nos quais a população brasileira foi classificada: Analfabetos funcionais e Funcionalmente alfabetizados.

A categoria Analfabetos funcionais compreende:

- Analfabetismo: incapacidade de realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras ou frases (ainda que a pessoa consiga ler números que lhe são familiares).
- Alfabetismo Rudimentar: capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos, ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como realizar um pagamento em dinheiro, usar a fita métrica.

Na categoria Funcionalmente alfabetizados apresentam-se:

- Alfabetismo Básico: capacidade para ler e compreender textos médios, e realizar operações matemáticas de média complexidade.
- Alfabetismo Intermediário: localiza informações literais, resolve operações matemáticas complexas, interpreta e elabora síntese de textos e reconhece o efeito de sentido, realizando pequenas inferências.
- Alfabetismo Pleno: sem restrições para compreender e interpretar textos longos, realizar comparações, inferências e sínteses. Resolvem e interpretam problemas matemáticos complexos, interpretam tabelas, mapas e gráficos.

**Tabela 1:** Evolução dos Níveis de alfabetismo: leitura e escrita

Níveis	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2007	2009	2011	2015	2018
Bases	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Básico	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Pleno	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%

Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2018.

Notamos que a proporção de analfabetos absolutos vem caindo ao longo dos anos, com redução no período, indo de 12% em 2001-02 para 8% no último levantamento (a população brasileira já ultrapassa 200 milhões de habitantes<sup>6</sup>, portanto o total de analfabetos chega a mais de 10 milhões de habitantes). Diminuição também observada no nível rudimentar de alfabetismo. No último levantamento 34% dos brasileiros foram classificados no nível básico de alfabetismo. A maioria da população está situada nesse nível, sendo considerada funcionalmente alfabetizada a pessoa que possui facilidade para localizar informações, mas que pode ter limitações para realizar operações que envolvam maior número de elementos, etapas ou relações. O nível pleno, que alcança 12%, no entanto, não tem apresentado tendência de melhora, número que tem se mostrado estável desde 2001-2002.

O relatório do Inaf (2018) pontua que há um crescimento lento e uma estagnação a partir de 2009 da população que poderia ser considerada Funcionalmente Alfabetizada.

---

<sup>6</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 208,4 milhões de habitantes. A estimativa é referente a 1º de julho de 2018 e mostra crescimento populacional de 0,82% de 2017 para 2018 (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/populacao-brasileira-passa-de-2084-milhoes-de-pessoas-mostra-ibge>

Tanto que no estudo de 2001-2002, 61% dos entrevistados foram considerados Funcionalmente Alfabetizados; em 2007, 66%; e, nos três estudos realizados entre 2009 e 2015, o percentual de Funcionalmente Alfabetizados ficou estável em 73% sendo que em 2018, apresentou uma oscilação negativa. O relatório conclui: “Em síntese, apenas 7 entre 10 brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos podem ser considerados Funcionalmente Alfabetizados conforme a metodologia do Inaf pela estimativa de 2018” (INSTITUTO..., 2018).

Com os agrupamentos dos analfabetos absolutos e os alfabetizados em nível rudimentar como analfabetos funcionais, e como alfabetizados funcionalmente os indivíduos classificados nos níveis básico, intermediário e pleno, temos que:

**Tabela 2:** Evolução do indicador de alfabetismo

Inaf	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2007	2009	2011	2015	2018
Analfabetos Funcionais	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizados	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: Inaf 2018

A população brasileira alfabetizada gira em torno de 71%, com 29% da população sendo considerada analfabeta funcional. E nós sabemos a importância da escola para promover a melhora nesses índices, porque 92% dos brasileiros que nunca foram à escola ou não completaram a primeira série são analfabetos funcionais (INSTITUTO..., 2018).

No entanto, a conclusão das etapas de ensino nem sempre garante maior inserção na cultura letrada, pois dos entrevistados que chegaram ao Ensino Médio, somente 45% estão situados nos dois níveis mais altos das escalas de Alfabetismo (intermediário e pleno), o que demonstra que o fato de terem frequentado a escola não garante habilidades para se fazer uso da leitura e da escrita em diferentes contextos cotidianos. Outros fatores como etnia/cor também aparecem nos dados referentes à leitura, sendo que 4% dos autodeclarados brancos são analfabetos, enquanto os pardos e pretos são a maioria somando 7% e 11% (INSTITUTO..., 2018).

O relatório do Inaf cita a importância de políticas públicas para que “[...] mais brasileiros tenham acesso à cultura letrada e à sociedade da informação”. Os relatórios

analisados trazem dados que apontam que os fatores políticos, econômicos e sociais interferem diretamente na prática leitora, sendo a heterogeneidade socioeconômica um desafio para os sistemas de educação, por ser um fator que afeta o desempenho em leitura, visto que nos países com maiores proporções de crianças socioeconomicamente desfavorecidas os desafios são maiores do que países com menores proporções de estudantes oriundos das classes populares (OCDE, 2010).

Para a OCDE (2010), a riqueza de uma família influencia o desempenho educacional dos jovens, mas essa influência varia consideravelmente entre os países avaliados. Do mesmo modo, a prosperidade relativa de alguns países lhes permite gastar mais em educação, enquanto outros se veem limitados por baixos investimentos na área. Por isso é importante ter em mente a renda nacional dos países quando se compara o desempenho educacional entre eles, pois os que dispõem de maior renda tendem a apresentar relativa vantagem nos índices de leitura ante aos demais.

Quanto a leitura, os dados podem ser distintos, tendo como exemplo, a China, país que não dispõe de recursos comparáveis a alguns países membros da OCDE, mas que é o primeiro em competência leitora. No entanto, países situados nas zonas mais pobres do globo são os que apresentam os piores níveis de leitura, em contraste com a média da OCDE, em que os países alcançam ao menos o nível 03 de competência leitora (OCDE, 2010).

Ainda que o Inaf 2018 não apresente as correlações entre renda e participação na cultura letrada, os relatórios anteriores, como o de 2009 apontam a renda familiar como fator predominante para a leitura e escrita, garantindo acesso aos níveis de escolarização e de informação e de cultura. O analfabetismo funcional predomina entre pessoas pertencentes a famílias com renda de até um salário mínimo, sendo que 20% deste grupo estão no nível de analfabetismo absoluto. O nível pleno de alfabetismo é majoritário somente na faixa de renda familiar acima de cinco salários mínimos (INSTITUTO..., 2009). O Inaf 2018 apresenta a situação do indicador de alfabetismo no mundo do trabalho e aponta que os analfabetos funcionais apresentam maior dificuldade em se inserir socialmente, pois apenas 46% disseram estar trabalhando, conseqüentemente aferindo menor (ou nenhuma) renda, enquanto 71% dos que foram classificados no nível Proficiente estavam trabalhando (INSTITUTO..., 2018).

A universalização do acesso ao ensino fundamental foi um passo importante para ampliar o alfabetismo, porém tempo e esforços dos sistemas de ensino são necessários para

que a ampliação do acesso reverta também em ampliação da aprendizagem, pois o nível pleno de alfabetismo permanece estagnado ao longo do Século XXI no país, nos diferentes grupos demográficos. Ainda assim, os jovens brasileiros têm superado o nível educacional de seus pais, e o país tem apresentando queda na desigualdade nos últimos anos. Os motivos apontados são o aumento da renda per capita, o trabalho formal, a queda da fertilidade e o investimento em educação. Contudo, o Brasil permanece no ranking mundial como o 12º país com maior índice de desigualdade (CLASSE MÉDIA..., 2012).

Diante de números tão impactantes em nossa sociedade, composta de classes com interesses divergentes, a leitura ainda é uma questão de privilégio e não de direito de toda a população. É nesse panorama de complexidade que as instituições circunscrevem a prática de leitura e constroem discursos com posicionamentos acerca de um leitor ideal junto a termos como: Desenvolvimento, Economia Globalizada, Sociedade da Informação e do Conhecimento, Competência.

O leitor atual é constantemente situado no discurso dessas instituições na “Sociedade da Informação ou do Conhecimento” em suas práticas de informação e leitura cotidiana, em que precisa responder a demandas da economia globalizada para se inserir efetivamente na sociedade. Duarte (2008) é crítico em relação a posicionamentos que situam o conhecimento à pedagogia das competências ou do “aprender a aprender”. Para o autor, o que essas abordagens pregam é uma adaptação para aprender a aprender e reaprender, com a maximização das competências do estudante/trabalhador, sendo o conhecimento visto como uma arma na competição por postos de trabalho e na luta contra o desemprego.

O aprender a aprender aparece assim na sua forma mais crua, mostrando seu verdadeiro núcleo fundamental: trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para uma constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital (DUARTE, 2008, p. 11).

Outro termo discursivo que aparece nos relatórios é a competência, sustentando a posição discursiva do leitor competente. Nunes (2003) afirma que o sujeito se constitui como leitor dentro de uma memória social de leitura, pois se na Idade Média o leitor podia ser localizado dentro do espaço religioso, na época moderna ele estava entre o espaço literário e o científico. E as conjunturas mundiais, nacionais e regionais mudam as determinações históricas que condicionam a leitura:

O leitor é localizado em nossos dias em meio a palavras de ordem que marcam as relações de produção do modo capitalista: “produtividade”, “rendimento”, “organização”, “competência”, “eficiência”, “rapidez”. Estes termos, que metaforizam o campo da leitura no espaço econômico, são gestos que orientam para a prática de administração de empresas, de gerenciamento das forças produtivas. Queremos dizer com isso que há um modo de leitura que é introduzido juntamente com estas formas de organização do econômico, o qual aparece, de uma forma ou de outra, na escola, nos meios de comunicação, no cotidiano (NUNES, 2003, p. 37).

E essas técnicas de pesquisa trabalham para dar visibilidade ao leitor construindo perfis que buscam o leitor “real” com o uso da estatística. No entanto, esses métodos, assim como os dicionários, gramáticas e enciclopédias, não são neutros e respondem a objetivos pré-determinados (NUNES, 2003). Assim, o que existe é um apagamento de certas leituras, e no âmbito atual em que a leitura “competente” no âmbito da Sociedade da Informação tem maior valor, se evitam “[...] outros sentidos para a leitura, outras possibilidades de filiação para o sujeito leitor” (NUNES, 2003, p. 44).

A prática da leitura envolve diversos fatores como escolaridade, renda, capacidades cognitivas, valores relacionados, bem como o uso do tempo e o perfil do leitor em determinadas circunstâncias. O uso de termos como “competência”, “habilidades”, “desenvolvimento”, colocam a leitura no âmbito da gestão não apenas política, mas empresarial, em que o leitor precisa se organizar para um trabalho de leitura como em um negócio, que envolve rendimento, decisões e escolhas típicas de um ambiente globalizado e administrativo. É mais uma vez a leitura sendo abordada como competência indispensável à adaptação do indivíduo a uma sociedade dinâmica em que o conhecimento é superado em pouco tempo e corre o risco de se tornar defasado. Essa realidade não é questionada pelas instituições que utilizam os termos “Sociedade do Conhecimento”, “Sociedade da Informação”, em seus relatórios como termos dados, que não se podem superar, mas sim buscar formas e competências para se adaptar aos seus ditames. Assim, “não há luta por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos” (DUARTE, 2008, p. 12).

Contudo, há também outras possibilidades interpretativas para o discurso da competência. Neste sentido, a competência do leitor é evocada para identificar variações e evitar erros de interpretação. Das estruturas simples às complexas, o que auxilia a leitura é o processo de antecipação e simplificação. Na leitura, há o reconhecimento de uma intenção, uma hipótese que o leitor antecipa sobre o conteúdo e a sequência de uma narrativa. Já na

simplificação, o que entra em cena é a necessidade de entender o que é inerente à leitura. O que auxilia esses processos são os roteiros comuns da vida cotidiana e que são amplamente compartilhados pelos membros de uma cultura: aquilo que permite as pessoas entenderem-se umas as outras, como pessoas que têm certas necessidades e que vivem num mundo em que existem certas regras. A antecipação e simplificação são, portanto, construções de hipóteses que serão ou não validadas, sendo a leitura uma atividade não só de competência, mas de previsão (JOUVE, 2002).

A posição discursiva sobre o leitor nos dias de hoje não parte dos leitores efetivos, mas de uma construção de representações de leitores projetadas em perfis socioeconômicos, ou de leitores ideais, mensuráveis, com vistas a gestão da leitura:

Com isso, visamos fornecer subsídios para que se considere a prática de leitura não como uma atividade neutra ou definitiva, mas como determinada pelas práticas sociais, e, portanto, relacionável ao espaço de representações possíveis nesse contexto (NUNES, 2003, p. 44).

Neste ponto de vista, a leitura é uma relação histórica e social, ainda que mediada por objetos. Por isso é importante quando as instituições apontam e reconhecem no seu discurso a contextualização do cenário nacional, e também quando levantam relações entre a prática de leitura e a renda, a escolaridade, a idade, a etnia, como itens para se pensar a inserção na sociedade atual. Essas questões são fundamentais e não podem ser silenciadas, pois numa sociedade tão injusta, não se pode investigar essa prática apenas em relação direta com a competência de cada um, de forma independente das relações sociais, históricas e de poder.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao refletir sobre o conceito de Sociedade da Informação, Quéau (1998, p. 205) demonstra preocupação, afirmando que existem muitos outros, como o iletrado, o desempregado, o imigrante, que não participam dessa sociedade, mas sofrem suas consequências nefastas, “são os excluídos da Sociedade da Informação”. Demo (2000) distingue que não se trata exatamente de uma Sociedade da Informação, mas de uma Economia da Informação, que facilita “o capital sem pátria, globalizado”. O sociólogo assinala que existe ingenuidade quando se pensa que a globalização traz benefícios repartidos com todos, possibilitando uma “universalização do conhecimento” (DEMO, 2000, p.38). Há que se refletir, então, sobre qual é a parcela da sociedade que possui habilidades



para ler efetivamente, e assim decidir, buscar, processar e transformar a informação disponível em ação para transformar a si e à própria sociedade por meio da leitura.

Discutir o discurso acerca da leitura e do leitor demonstra que a prática de leitura envolve não somente as circunstâncias, mas questões políticas, econômicas e sociais da chamada Sociedade da Informação. Esta dimensão da leitura que envolve a questão da política pública é de suma importância para que a responsabilidade sobre o informar-se e ser informado pela leitura não recaia apenas sobre o indivíduo, que é sujeito transformador, mas também envolto numa realidade sociocultural e histórica. Os seres humanos transformam o mundo de acordo com finalidades a que se propõem, mas envolvidos numa situação sócio-histórica independente de sua consciência: “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 2009, p. 59). Ao enfatizar apenas o âmbito individual, sem questionar as instituições, podemos correr o risco de considerar o indivíduo como gestor de si mesmo, totalmente responsável pelo seu conhecimento e sucesso na sociedade, esquecendo-nos que a autonomia é uma opção conformada à cultura na qual nos situamos.

A prática de leitura envolve também uma situação imaginária concebida pelos institutos como o perfil leitor ideal, desenhando um leitor modelo da atualidade, com uso de termos como “leitor competente”, “flexível”, que precisa se inserir na “Sociedade da Informação e do Conhecimento”. Em cada época histórica há tipos preferidos de leitores e assim, construindo perfis de leitores altamente funcionais, essas instituições “os tornam visíveis, comensuráveis, passíveis de uma administração da leitura” (NUNES, 2003, p. 39), numa posição discursiva produzida no âmbito de uma política educacional e econômica em vigor no país e no mundo.

Então, ao propor categorias de leitores, ao mesmo tempo em que se busca uma melhor compreensão e análise da prática de leitura individual, cria-se também um lugar no imaginário do que é ser um leitor ideal no plano coletivo da chamada Sociedade da informação. Os textos dos relatórios apresentam um discurso que constrói o perfil ideal de um leitor competente, pleno, apto a se inserir na Sociedade da Informação, sociedade que por sua vez aparece como um termo dado, sem maiores questionamentos, e que não se pode superar, mas que se deve buscar competências para se adequar aos seus imperativos. Desse modo se idealizam leitores ideais que podem ler de tudo, que têm acesso aos mais variados meios, que devem se apropriar da informação nas mais diversas formas. Existe uma

ilusão de que o leitor ideal pode construir livremente sua história da leitura, sem censuras ou interferências, e se esquece da importância que uma política (ou a falta dela) para a leitura pode ter: “Nota-se hoje, com a dominância de discursos liberais, um silenciamento das formas de atribuição de sentido e distribuição dos materiais de leitura [...] Forma-se a imagem do leitor “heroico”, que por iniciativa própria, e sem limitações de censura ou financeiras, pode tudo ler e interpretar” (NUNES, 2003, p. 43). Enfim, o discurso das instituições é complexo, pois visa abarcar a dimensão individual e coletiva da leitura, e reconhecem como os impactos das questões sociais, políticas e econômicas interferem nesta prática, num país que pouco avança nos indicadores de alfabetismo e em que 29% da população pode ser considerada analfabeta funcional, ou seja, mais de 60 milhões de pessoas estão longe de participar ativamente e exercer sua cidadania na sociedade que se convencionou nomear por Sociedade da Informação. Neste contexto, para além do acesso à cultura letrada, também a população que usufrui desse acesso, só integrará a chamada Sociedade da Informação se for capaz de utilizar a informação para transformar a si própria e a sociedade em que vive.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, M. (Org.) **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 71-81.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J.P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007, v. 1, p. 33-45.

BELLUZZO, R.C.B. Como desenvolver a competência em informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-14, 2008. Disponível em:  
<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/25/25>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Plano nacional do livro e da leitura: Estado e sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil**. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em:  
[http://189.14.105.211/conteudo/pnll\\_download.pdf](http://189.14.105.211/conteudo/pnll_download.pdf). Acesso em: 30 jan. 2011.

CLASSE MÉDIA brasileira chegará a 60% até 2014, diz FGV. **R7**, 07 mar. 2012. Disponível em:  
<http://noticias.r7.com/economia/noticias/classe-media-brasileira-chegara-a-60-ate-2014-diz-fgv-20120307.html?question=0>. Acesso em: 12 jul. 2012.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 10 jun. 2011.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FISCHER, S. R. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

HANSEN, J.A. Reorientações no campo da leitura literária. In: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (Orgs.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras/ Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005. p. 13-44. (Coleção Histórias de Leitura).

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**, 2015 Disponível em: <http://inep.gov.br/pisa>. Acesso em 16 maio 2017.

INSTITUTO Paulo Montenegro. **Indicador de alfabetismo funcional INAF/BRASIL – 2018**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTE16/view> Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO Paulo Montenegro. **Indicador de alfabetismo funcional INAF/BRASIL – 2009**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRamRzYkxIWWU1VIU/view> Acesso em 10 jul. 2010.

JOUBE, V. **A leitura**. São Paulo: UNESP, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NUNES, J. H. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, E. (Org.) **A leitura e os leitores**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 25-46.

NUNES, J. H. **Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial**. Campinas: UNICAMP, 1994.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **PISA 2009 Results: what students know and can do – student performance in reading, Mathematics and Science**, 2010. v. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091450-en>. Acesso em: 10 nov. 2010.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

QUÉAU, P. A revolução da informação: em busca do bem comum. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.

ZANETTI, S. Testemunho de uma leitora no início da república chilena. In: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (Orgs.) **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005. P. 45-60. (Coleção Histórias de Leitura).